

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA  
LANÇAMENTO EM SÃO PAULO

Centro de Estudos Sociais  
Nº 28.07.83  
BIBLIOTECA

No dia 28 de abril, a CONTAG, a CPT, o CIMI, a CNBB, a ABRA e o IBASE lançaram, no Rio de Janeiro, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Agora, em continuação, a FETAESP, a CPT-SP, a ABRA, a CNBB, ...  
..... lançam a mesma campanha em São Paulo.

O movimento pela Reforma Agrária interessa a São Paulo por dois aspectos principais: primeiro, como brasileiros, interessa-nos a solução deste importante problema no Brasil como um todo; segundo, porque o Estado de São Paulo apresenta sérios defeitos de estrutura, que precisam ser sanados para que possa se desenvolver.

1. Terras ociosas - No Estado de S. Paulo, onde praticamente a totalidade das terras estão juridicamente ocupadas, isto é, "têm dono", restando pouca terra devoluta ou disponível nas mãos do Estado, o Censo Agropecuário de 75 e o Cadastro do INCRA de 76 indicam a presença de aproximadamente 3 milhões de hectares de terras não aproveitadas; apenas dentro dos imóveis classificados como latifúndios, legalmente passíveis de desapropriação no interesse social, temos ao redor de 2,5 milhões de ha inaproveitados. E, ao lado dessas terras abandonadas, temos nada menos de 210 mil famílias de lavradores sem terras. Num momento de violenta crise, com premente necessidade de produção de alimentos e outros produtos agrícolas, temos lado a lado o homem que precisa da terra para produzir e a terra mantida inaproveitada pela especulação.

2. Urbanização - Em 1970, a população rural do Estado era de 3.460.000 habitantes, 20% do total de 17.600.000; em 81, o total havia crescido para 26.000.000, mas a parte rural havia caído para 2.360.000, ou 9,1%. A população rural deveria ter tido um aumento vegetativo (diferença entre nascimentos e mortes) de mais de 1 milhão de habitantes, mas teve a diminuição de 1.100.000; foram, portanto, 2.100.000 os habitantes da zona rural de São Paulo que, em 11 anos, premidos pela miséria e pela impossibilidade de ter acesso à terra, vieram aumentar a população das favelas das grandes cidades.

3. Desemprego - Se examinarmos a população economicamente ativa, veremos que a força de trabalho agrícola diminuiu de 1.400.000 pessoas em 73 para 1.170.000 em 81.

Ainda como consequência da concentração da propriedade da terra, vemos o triste espetáculo do aumento da mão-de-obra feminina e da infantil na agricultura do Estado; enquanto a mão-de-obra total diminuía, a feminina aumentava de 182.000 para 186.000 mulheres, e a infantil passava de 330 mil para 355 mil menores de 14 anos. Em lugar de escola, fornecemos a essas crianças a oportunidade de se estiolarem no cabo da enxada.

Como a mais grave consequência desta concentração, temos o vergonhoso espetáculo dos "bóias-frias", conduzidos como animais, miseravelmente explorados em seu trabalho, aos quais não se reconhece qualquer direito. No Estado de S.Paulo, o número de "bóias-frias" varia de 270 mil a 330 mil, conforme a época do ano; e quando atinge o mínimo, indica o máximo de miséria por falta de trabalho.

4. Alimentação - Se considerarmos o volume físico da produção, examinando os 25 principais produtos da lavoura paulista, que representam 92% do valor total de sua produção, vamos encontrar o seguinte quadro: as propriedades de menos de 100 hectares produzem a quase totalidade das aves de corte, da alface, da cenoura e do repolho; ao redor de três quartas partes dos ovos, do tomate, do feijão, da uva, da cebola, das flores, do amendoim, dos suínos e do limão; cerca de metade do café, do algodão, do milho, do arroz, da banana, da batata, da laranja e da tangerina; mais de uma quarta parte do leite e da soja, e ainda conseguem produzir quase uma quarta parte dos bovinos de corte e mais de 10% da cana; no outro extremo, as propriedades de mais de um mil hectares produzem quase nada de ovos, de aves de corte, de tomate, de cebola, de alface, de cenoura e de repolho; menos de 2% do feijão, da batata e da uva; menos de 5% do amendoim e das flores; menos de 10% do café, do algodão, do milho, do leite, do arroz, dos suínos, da banana e do limão; pouco mais de 10% da laranja, da soja e da tangerina; e destacam-se apenas na produção dos bovinos de corte (31,1%) e da cana (47,1%).

Observa-se, pelo acima exposto, que o verdadeiro produtor em nossa agricultura está nas propriedades abaixo de 100 ha. Evidencia-se, também, que a produção de alimentos para o nosso povo, bem como de matérias-primas para a indústria, que criam empregos, dão-se essencialmente nas propriedades de menos de 100 ha.

Não há como, portanto, quer do ponto de vista social, quer do econômico, justificar a permanência da atual estrutura agrária no Estado de S.Paulo.

Essa luta, na realidade, já vem sendo travada; pelo Brasil afora, lavradores expulsos da terra compreendem, cada vez mais, que têm o direito de nela permanecer e não aceitam mais passivamente a expulsão. Reagem judicialmente, resistem pacificamente e, quando atingidos pela violência, defendem-se com energia. No Estado de S.Paulo, em levantamento realizado pela ABRA, foram constatados, entre 1980 e 81, 53 conflitos por terras, envolvendo 7.870 pessoas e 131.108 hectares; desses conflitos, resultaram 2 mortos e 14 feridos.

E se é esta a situação com relação a São Paulo, não resta a menor dúvida de que é muito mais grave a do Brasil como um todo, o que leva as entidades promotoras deste lançamento a fazer um apelo a todas as forças vivas de São Paulo e da Nação, no sentido de se unirem para, numa luta sem tréguas, exigir a Reforma Agrária, como primeiro passo para o desenvolvimento justo e democrático do Brasil.